



Câmara Cidadã



Informativo Mensal da Câmara Municipal de Lúna

Lúna/ES, julho de 2020 | Ano VIII | Número 89

Parlamentares cobram do Executivo transparência nos gastos e nas ações de combate ao avanço da Covid-19 no município

Para os vereadores de Lúna, a falta de ações efetivas, como a compra tardia de material de proteção, a incapacidade de instalação de barreiras sanitárias, a demora em realizar campanhas de conscientização junto à população, por exemplo, é resultado do despreparo dos gestores públicos. No final de junho, o município chegou a entrar na lista de cidades com alto risco de contaminação

Ao longo das últimas semanas, os vereadores de Lúna ampliaram as análises e investigações quanto à execução de ações contra o avanço do coronavírus por parte da gestão municipal. Segundo os parlamentares a falta de ações planejadas durante a pandemia, como a compra tardia de material de proteção, a resistência na instalação de barreiras sanitárias, a demora na realização de campanhas de conscientização junto à população, resultaram no aumento de casos de infecção e de óbitos.

No final de junho, o município chegou a entrar na lista de cidades com alto risco de contaminação por Covi-19, de acordo com o mapa de risco do Governo do Estado.

“A Pandemia cresceu tanto por falta de zelo. Máscaras que deveriam ter sido distribuídas, logo no início da Pandemia, campanhas nas ruas, barreiras, colocando pessoas nas ruas para abordar os cidadãos... nada disso foi feito no



momento certo”, disse Rogério.

O vereador Darlan Bargilini ainda comentou sobre o caso. “Nós temos mais de 30% dos casos de infectados no bairro Quilombo. E poucas ações foram feitas no bairro. Moro lá há anos e pedi que a Assistência Social fizesse um trabalho lá. Agora, só depois de 300 casos é que foram ao bairro para fazer a entrega de máscaras. Mais de 80% dos moradores não estavam usan-

do máscara ou estavam usando inadequadamente”, destacou o vereador.

O vereador Rogério César ainda relatou o desespero da população que pede ajuda aos parlamentares. “Tenho alguns áudios que já encaminhei para o Ministério Público, de pessoas me pedindo socorro. Uma pessoa é infectada e a família toda entra em quarentena, na hora de fazer o exame apenas um familiar é es-

colhido. Temos ainda a falta de acompanhamento, de monitoramento dessas famílias. As pessoas não estão sendo assistidas como manda a Organização de Saúde. As medidas necessárias não foram tomadas para ajudar essas pessoas. Bom, depois de 100 dias, começar a distribuir máscaras, dispensa comentário”, finalizou o vereador.

MAIS TRANSPARÊNCIA

“Eu fiz algumas contas e dentro

do planejamento que fizemos é possível observar que um gasto de R\$ 1,5 milhão, com profissionais, materiais de EPI's, por exemplo, dentro de um determinado período, poderia ter barrado o avanço dessa grave doença. E ainda temos tempo para fazer, pois o município recebeu R\$ 4 milhões e até o momento não sabemos como esse dinheiro está realmente ajudando nesse trabalho”, comentou o vereador Rogério César.

O vereador José Marcos de Moraes também debateu o assunto. “Nesses 90 dias de pandemia já perdemos 13 pessoas que não poderão abraçar seus parentes, e o que a prefeitura fez? Nada. É preciso que a Prefeitura pare de fazer vídeo, “falando” que vai entregar obra... isso é um absurdo! Espero que ele (o prefeito) não esteja usando recurso público pra fazer propaganda política. Vamos nos preocupar com a saúde do nosso povo, esse é o momento”, enfatizou o parlamentar.

Homenagens Parlamentares aprovam moções de aplausos ressaltando a atuação cidadã de pessoas ou instituições. **Pág. 2**

Improbidade MP abre quatro processos contra o Prefeito de Lúna referentes às solicitações de informações que não são respondidas. **Pág. 3**

Comércio Preocupação com a falta de diálogo entre o setor e o poder público para discutir as medidas de combate à Covid-19. **Pág. 4**



Homenagens: parlamentares aprovam moções de aplausos a moradores, empresário e policiais

Moção é uma das formas da Casa de Leis ressaltar a atuação cidadã de pessoas ou instituições

Entre o final de junho e a primeira quinzena de julho, os parlamentares de Iúna aprovaram diversas Moções de Aplausos

a serem encaminhadas a pessoas e grupos que se destacaram por atuações de relevância para o município.

Por meio de uma proposição do vereador Júlio Maria de Oliveira, a Câmara homenageou a turma de 1988, da Polícia Militar do Espírito Santo, pelos 32 anos de serviços prestados à sociedade. Hoje, os policiais já fazem parte da turma da reserva, com 78 militares. O parlamentar fez parte do grupo e destacou a importância de valorizar o trabalho da polícia.

“Sugiro essa Moção de Aplausos para essa turma específica ao qual eu fiz parte e tenho certeza da importância desses policiais, e de todos os outros,

para o bem-estar da sociedade”, destacou o parlamentar.

Outra homenagem sugerida pelo vereador foi direcionada ao empresário Alcino Júnior com uma Moção, que aniversariou no dia 8 de julho. Alcino é o diretor da empresa Impactmidia Desenvolvimento e Tecnologia, responsável pelo serviço de transmissão ao vivo das sessões legislativas, pela produção e publicação de notícias da Câmara e também pela criação e manutenção do site e jornal impresso da Casa de Leis.

Durante discurso na sessão, o vereador Júlio Maria parabenizou e agradeceu ao comunicador pelos trabalhos prestados à sociedade, por auxiliar o Poder Legislativo a manter suas ações transparentes ao público iunense.

“É importante que todos conheçam quem está por trás das câmeras, garantindo que essas reuniões tenham o alcance do público. Parabéns, Alcino”, declarou o vereador.

As Moções de Aplausos foram aprovadas por todos os vereadores.



Moradores reconhecidos por iniciativas na comunidade

Em Bonsucesso, população se uniu e, com recursos próprios, executou abertura de estradas

O vereador José Marcos de Moraes solicitou uma Moção de Aplausos aos moradores da região de Bonsucesso como forma de parabenizá-los por iniciativa visando a melhoria das estradas: a população local

se uniu e contratou máquinas pesadas para abrir as vias que estavam fechadas após queda de barreiras.

“Parabéns a esses moradores que não cruzaram os braços, e com recursos próprios resolve-

ram uma situação que beneficiou a todos. Isso tudo para não esperarem pelo serviço que deveria ser prestado pela administração municipal. Pagamos impostos e ainda temos que fazer serviços para a Prefeitura”, analisou o parlamentar.



Câmara Hoje

MESA DIRETORA PRESIDENTE João Elias Colombo Horsth (MDB) • VICE-PRESIDENTE Júlio Maria de Oliveira (Republicanos), SECRETÁRIO Darlan Silva Barglini (PDT) | **VEREADORES** Adriano Salviete da Silva (MDB) adriano@camaraiuna.es.gov.br • Arilson Ferreira de Oliveira (PDT) arilson@camaraiuna.es.gov.br • Darlan Silva Barglini (PDT) darlan@camaraiuna.es.gov.br • Emmanuel Garcia de Amorim (Republicanos) emmanuel@camaraiuna.es.gov.br • Everaldo Pereira Sales (PV) everaldo@camaraiuna.es.gov.br • João Elias Colombo Horsth (MDB) joao.elias@camaraiuna.es.gov.br • José Marcos de Moraes (MDB) marquinho@camaraiuna.es.gov.br • Júlio Maria de Oliveira (Republicanos) juliomaria@camaraiuna.es.gov.br • Maria Miguelina de Lourdes Quintino (Republicanos) maria.miguelina@camaraiuna.es.gov.br • Paulo Henrique Leocádio da Silva (MDB) paulinho@camaraiuna.es.gov.br • Rogério Cezar (Republicanos) rogerinho@camaraiuna.es.gov.br

Jornal Câmara Cidadã

Informativo mensal das ações da Câmara Municipal de Iúna • COORDENAÇÃO IMPACTMIDIA Publicidade e Assessoria — DIRETOR Alcino Junior • REDAÇÃO E EDIÇÃO Agência AV2 Marketing e Comunicação • TEXTOS Jaqueline Almeida • PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E FINALIZAÇÃO André Lobo • FOTOS IMPACTMIDIA • TIRAGEM 1.000 exemplares

Calendário das sessões

7 de agosto (sexta-feira)

18 de agosto (quarta-feira)

28 de agosto (sexta-feira)

CÂMARA MUNICIPAL DE IÚNA

Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 124,
1º andar, Centro, Iúna/ES, CEP 29.390-000

TELEFONE (28) 3545-1458 • FAX (28) 3545-1996

EMAIL faleconosco@camaraiuna.es.gov.br

ACESSE www.camaraiuna.es.gov.br

facebook.com/camaradeiuna





Ministério Público abre quatro processos de improbidade administrativa contra o Prefeito de Lúna

Os processos são referentes às solicitações de informações que não são respondidas pela Prefeitura Municipal. Vereadores voltam a cobrar respostas de requerimentos que seguem em aberto, alguns desde 2016

No início de julho, durante sessão da Câmara de Lúna, o vereador Paulo Henrique Leocádio da Silva destacou os processos de improbidade administrativa abertos pelo Ministério Público (MP/ES) contra o prefeito Weliton Virgílio, por não responder a nenhum tipo de requerimento feito pelo MP.

De acordo com o parlamentar, diversas solicitações foram feitas desde 2016 e nenhuma resposta foi dada pelo prefeito ao MP. “Quatro requerimentos não foram respondidos e com diversas tentativas por parte do MP. Um deles é sobre a abertura de processo licitatório para contratação de empresa especializada em locação de veículos para atender à secretaria de Saúde. Isso desde 2018”, informou.

Outro requerimento é sobre a transição de mandato em 2016, quando o MP solicitou que houvesse políticas de fiscalização para proteger o pa-

trimônio público na transição.

O vereador Paulo Henrique Leocádio também explicou que a Lei Orgânica Municipal orienta que, quando os requerimentos feitos pelo Legislativo não são respondidos, a prática do Executivo torna-se infração política.

E são muitos os requerimentos enviados à gestão do município e que não são respondidos, como, por exemplo, o relativo ao uso do Ginásio Poliesportivo (que está interditado pelo Corpo de Bombeiros) e também o requerimento relacionado às informações de uma obra irregular em uma propriedade em Rio Claro.

“Não atender, sem motivo justo, às convocações e pedidos da Câmara, quando são feitas em tempo e forma regular, é uma infração, um descumprimento da Lei, estando o prefeito sujeito à cassação do mandato”, reforçou o parlamentar.

O vereador Júlio Maria ainda destacou que todos os parlamentares já fizeram diversos requerimentos à Prefeitura e nenhuma resposta foi obtida. “Todos nós, vereadores, já pedimos informações às secretarias de Saúde, de Assistência, e de Obras e nenhuma resposta é enviada a nós”, reforçou.

Investimentos de mais de R\$ 2 milhões para combater o Coronavírus estariam sendo usados para cobrir folha de pagamento da Prefeitura

Parlamentares cobram mais transparência do Poder Executivo nas ações em combate ao Covid-19

Os números crescentes de casos de Covid-19 em Lúna têm gerado análises e discussões na Câmara Municipal. Os vereadores afirmam que a falta de preparo do Poder Executivo no combate à doença é verificada em compras inadequadas de equipamentos,

entre outras iniciativas que não são colocadas em práticas, aliadas à falta de diálogo entre os Poderes, o que vem gerando aumento de casos no município.

O vereador Peulo Henrique Leocádio da Silva não hesitou ao denunciar que o dinheiro enviado para combater a pandemia estaria sendo usado para pagar a folha de pagamento da Prefeitura.

“Já solicitamos diversos requerimentos e como já dissemos, os mesmos não são respondidos. Mas queremos saber por que a informação que temos é que parte deste dinheiro da pandemia está sendo usado para pagar funcionários? Cadê a transparência do Executivo?”, questionou o parlamentar.

O vereador Rogério César também pediu mais transparência e ações conjuntas com o Legislativo. “A gente entende que

os profissionais da saúde estão fazendo mais do que eles podem. Somamos mais de 90 dias de pandemia. Onde estão as ações da Prefeitura? Foram compradas 30 mil máscaras, que já sabemos que foram mal feitas. E os R\$ 2 milhões para combater a pandemia poderia ter sido usado para contratar gente para fazer barreira sanitária. Está faltando muita atitude e ações realmente planejadas... e nós, vereadores, poderíamos contribuir, imensamente, para ajudar neste trabalho”, analisou.

“O que está sendo feito, onde está sendo empregado esse dinheiro? O recurso está sendo usado para pagar contas da prefeitura! Estamos vivendo uma instabilidade jurídica no nosso município”, avaliou o vereador Júlio Maria Oliveira.

“O prefeito segue governando da maneira que ele entende que está correto”, finalizou o vereador Darlan Barghini.

Horário de funcionamento do comércio gera polêmicas

Parlamentares afirmam que a falta de diálogo entre o setor e o poder público para discutir as medidas preocupam, uma vez que as restrições dos horários vêm gerando aglomeração de pessoas nas ruas e estabelecimentos consequentemente, aumentando os casos de contaminação

Em constantes trocas de informações, os parlamentares e os comerciantes de Lúna analisaram os resultados das restrições de atendimento e funcionamento de estabelecimentos impostas pelo decreto emitido pelo Poder Executivo na tentativa de con-

trolar a pandemia. Mas, os empresários vêm pedindo ajuda ao Legislativo na intenção de dialogar com a gestão municipal, pois verificam que a redução dos horários, ao contrário, só contribui para o avanço da doença com a constante aglomeração de pes-

soas nas ruas.

O vereador Júlio Maria questionou a situação do distrito de Pequiá, em sessão na primeira quinzena de julho. “Pequiá, tem um comércio extremamente reduzido e para piorar, o comerciante precisa diminuir o seu atendimento. No distrito não existe aglomeração. É preciso pensar em cada região, em cada comércio de forma a aliviar a situação e não causar ainda mais estragos a nossa economia”, analisou o parlamentar.

O vereador Paulinho da Toca ainda acrescentou: “Com o horário reduzido há muito mais gente no comércio... dá medo ver tanta

gente na rua”.

Já o vereador Everaldo Pereira Sales ponderou sobre o funcionamento do comércio aos sábados, pois é o dia em que muitos trabalhadores rurais têm condições de realizar suas compras para a semana seguinte.

“Estamos no período da safra e os trabalhadores rurais recebem pela semana trabalhada. Chega o fim de semana e não tem muitos ônibus, e o (pouco) que tem anda lotado. As pessoas precisam se preparar para passar a semana (abastecidos) e o que resta é se arriscar. Essa restrição precisa ser revista”, analisou.

FALTA DIÁLOGO

O vereador Rogério César frisou que falta diálogo e que os comerciantes não estão sendo ouvidos pelo Poder Executivo. “Já passou da hora de haver reuniões com a classe de comerciantes, vereadores, e demais representantes da sociedade para que o assunto seja discutido em busca de ações que favoreçam a todos, sempre mantendo os cuidados com a saúde”.

O vereador Adriano da Silva ainda acrescentou: “Para fazer decreto para barrar os comerciantes a Prefeitura faz com muita agilidade, agora para outras prioridades nada é feito”, analisou.



Obras da UTI da Santa Casa de Lúna são paralisadas pela Justiça

Vereadores discutem ação da Justiça e mostram que irregularidades destacadas na sessão da Câmara já estavam sendo investigadas pela Justiça

A notícia da paralização das obras de implantação da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) da Santa Casa de Lúna foi destacada por vereadores durante a primeira sessão da Câmara do mês de julho.

De acordo com os parlamentares, o juiz Akel de Andrade Lima, da 1ª Vara de Lúna, acatou um pedido de liminar em uma Ação Civil Pública (ACP) do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), ajuizada pela Promotoria de Justiça do município, para paralisar as obras da UTI, sob suspeita de irregularidades.

“Quando a gente cobra esclarecimentos sobre a gestão da Saúde do município e convidamos o diretor da

Santa Casa para vir à Câmara prestar esclarecimentos, falam que a gente está fazendo política. O que queremos é a melhoria da Santa Casa para a população de Lúna, só isso. Aí qual a notícia que explode? A paralisação da obra”, destacou o vereador José Marcos de Moraes.

O parlamentar frisou que foram muitos os recursos aprovados pela Casa de Leis em prol da Santa Casa, esclarecendo o esforço do Legislativo em benefício do hospital.

“Sabemos que um secretário de Gestão foi embora de Lúna para se afastar de problemas, de irregularidades. Que fique bem claro que foi a Justiça que embargou a obra, cheia de irregularidades no seu processo de contratos para execução, e não

os vereadores, como muitas pessoas têm ouvido nas ruas. Estamos perdendo essa UTI e é por causa do atual prefeito”, analisou o vereador Paulo Henrique Leocádio da Silva.

O vereador Darlan Barglini também o. “Já sabíamos que havia problemas na gestão do Hospital. O município necessita dessa UTI e espero que a tenhamos, em respeito ao dinheiro

de todos os moradores deste município”.

“Um trecho da decisão do juiz Akel de Andrade Lima, da 1ª Vara de Lúna, nos mostra que não é razão para servir de ‘escudo’ ou ‘falsa justificativa’ para relegar a segundo plano os valores da administração pública. A situação de calamidade que abrange todo o Estado, o que inclui Lúna, não constitui

salvo conduto para violar leis, valores e princípios em detrimento da sociedade ao falso argumento de trabalho para ‘salvá-las’. Ou seja, a publicidade enganosa mostrou que as irregularidades que vieram à tona e que já havíamos anunciado não era fala de vereador. A Justiça está aí pra valer e o nosso papel é fiscalizar”, finalizou Júlio Maria.

